

FALTA DE DESTREZA AGRÍCOLA PARA O FUTURO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Sras. Deputadas e Sros. Deputados

Exmo. Sr. Membros do Governo

Sendo esta a primeira vez que falo nesta casa permitem-me cumprimentar todos os presentes e desejar os maiores sucessos para as funções que lhes são confiadas.

A edificação de um futuro melhor para a Agricultura deveria começar hoje, porque as dificuldades económicas neste sector estão presentemente a agravar-se.

Contudo, neste programa as soluções-futuro não se apresentam de suficiente aspecto duradouro e consistente de modo, a até, se poderem alhear dos imponderáveis políticos.

Começava assim porque penso que as linhas de condução e a matriz deste programa de Governo para o sector da Agricultura cingem-se a meras obras e medidas pontuais, que ao seu arrepio, pecam por não estarem ligadas a uma visão estratégica para alguns os seus ramos sectoriais. Acima de tudo, este programa não foca medidas agrícolas fundamentais para o desenvolvimento agrícola desta Região.

O Governo neste programa omite muitas medidas que consideramos importantes, retira parte do interesse económico-social público porque não envolve parcialmente a sociedade como centro de decisão, na medida em que iria facultar a compreensão dos problemas do Agricultor e descuida-se na existência de um plano global exclusivo regional para os novos



Grupo Parlamentar

conceitos como o Desenvolvimento Rural e seus filhos, emanados da última reforma da PAC.

Onde está por exemplo o agro-ambiente, o agro-turismo, o agro-florestal ou o agro-comercial como um sistema completado entre si, capaz de proporcionar o plurindimento aos Agricultores e consequentemente favorecer a fixação de população em algumas zonas desta região. Esta preocupação de âmbito regional não ficou espelhada no vosso programa.

Este programa, na sua generalidade, é um conjunto de intenções desconexas e viradas para a satisfação imediata da governação. Como aliás aconteceu recentemente. Repare-se no caso do resgate leiteiro, uma intervenção no subsector leiteiro com fins exclusivamente eleitoristas. O Governo convidou, no período eleitoral, os Produtores interessados a aderirem ao resgate criando expectativas, para depois lamentar que não há dinheiro para satisfazer todos os candidatos.

O Governo com este tipo de atitude contribuí para a desmotivação e o desanimo dos Agricultores não depositando créditos nesta área económica. Todos nós sabemos que atravessamos tempos difíceis, tempos caracterizados por incertezas de cariz mundial, não temos dúvidas, contudo mais abrolhosos se tornam se não soubermos a cada momento para onde caminhamos e que instrumentos legislativos utilizar.

Este programa não possibilita aos Agricultores poderem construir os seus preços ou pelo menos passarem a ter certezas ou não da veracidade destes preços. Nós propúnhamos um “observatório dos preços Agrícolas” os Senhores deixam os preços ao Agricultor sem referências, sem indicadores

e não instalam nenhuma acção de previsibilidade do comportamento dos mercados.

Sras. Deputadas e Sros. Deputados

Uma das formas de amortecer, os imprevistos na agricultura descreve-se sob o domínio do conhecimento, da inovação, da adaptação e do ajustamento.

Deve assim, ser posto à disposição dos Agricultores e indústrias transformadoras os instrumentos legislativos necessários para que exista a capacidade destes instalarem uma moderna inovação produtiva, que por sua vez possibilite a tão urgente adaptabilidade e o necessário ajustamento que exige a evolução agrícola dos nossos dias.

Mas tudo isto só pode vingar se a agro-formação coexistir. Transmitir conhecimentos hoje em dia na Agricultura é um exercício que deve contemplar profundamente a experimentação e a vulgarização.

Nem uma única vez se escreve sobre vulgarização rural ou mesmo em parte, como seja em Agricultura. Nós fazíamos uma aposta consistente na extensão rural, em que esta ferramenta iria mais além do simples produtivismo, teria uma abrangência familiar de orientação. Medida esta que estaria ligada a um gabinete de economia agrícola essencial na identificação e posterior eliminação dos eventuais custos excessivos dos sistemas produtivos.

Esperava que este programa fosse empreendedor de mudanças usando a agro-inovação como trampolim na potencialização de uma perfeita



Grupo Parlamentar

aproximação entre a investigação científica e quem produz bens alimentares. O Governo não fala sobre a pesquisa científica no subsector agro-pecuário. Consideramos a investigação uma das principais lareiras deste Inverno agrícola que vivemos.

Assim, e de forma genérica não consigo ler no vosso programa, um verdadeiro rumo competitivo agrícola aos vários níveis, pelo contrário encontro um punhado de ideias semi-fechadas enclausuradas em propósitos de solucionar sempre o imediato em detrimento do médio prazo. São ideias situadas no dia a dia. Sem que a estratégia seja uma obra. Desta maneira continuaremos a ter certamente uma inanimada competitividade agrícola.

Não li no vosso programa a capacidade de perceberem a dinâmica comercial do marketing agrícola moderno, virada para os Açores como um conjunto o agro-comercial. Nós propositamos uma forma alargada de publicidade situada em aspectos comuns a muitos bens alimentares que saem desta Região mas singulares no valor geográfico, o Governo continua a propor campanhas de marketing confinadas só alguns produtos.

Mais

Não descobri neste programa a voz do emparcelamento e do redimensionamento das explorações como os Sros. Tão elevadamente a anunciaram na campanha eleitoral ou seja de cariz prioritário e profundo. Afinal terá a mesma importância que teve nestes últimos anos. Continuará a ser uma política F2?

Não encontro neste programa um sentido de visão dedicada ao agro-rural nem à qualificação do rural. Nós iríamos instalar um programa regional do desenvolvimento rural em sintonia com o comunitário. O Governo irá mais uma vez limitar-se a transpor legislação comunitária.

É notório a falta de um eixo que aborde o meio rural. Percebi que este poderá continuar a ser um espaço neutro sem interesse, já que por exemplo o agro-turismo só existe como habitação, não o encontro em aproveitamento do patamar primário, que possa traduzir-se em benefícios para os Agricultores.

O Governo tem de entender que o meio rural tem de assentar sob aspectos como o produtivo, o ambiental, o patrimonial e o paisagístico, no sentido de se criarem condições para o desenvolvimento de oportunidades agrícolas e não agrícolas nos Açores para os Agricultores. Esta deverá ser a coluna dorsal da orientação agrícola dos próximos tempos.

O governo continuará assim a promover a monofuncionalidade em prejuízo da multifuncionalidade económica. É exemplo disso o sector florestal onde não evidencia a florestação parcial de terras agrícolas como uma complementaridade ao rendimento pecuário.

No subsector pecuário da carne não entendo porque não se materializa como medida o aumento do rendimento das explorações de carne por via do incremento do número de direitos de vacas aleitantes que vão ser atribuídas à Região ou seja os 10 000. Aliás nesta matéria o Governo sabe que terá total autonomia sobre estes direitos. Não houve como o Governo

quis dar a entender publicamente nenhum recuo de princípio em relação ao compromisso estabelecido pelo Governo da República.

Mas, ao ler o vosso programa também aprendi, encontrei, por exemplo, novos conceitos como o da diversificação agrícola onde fiquei a saber que não é mais do que os Agricultores passarem a produzir aquilo que não estão habituados a produzir. Os Senhores ausentaram totalmente a versatilidade produtiva nas tradicionais fileiras.

Igualmente, fiquei a saber que o rejuvenescimento agrícola, em grandeza como mencionam, significa esperar que um activo morra. Isto é, como medida regional não vai existir, pois o Governo propõe reforçar o que já existe e que é manifestamente insuficiente para termos mudanças aceites e compreendidas. Atenção precisam-se jovens na Agricultura.

Descobri que não pretendem utilizar termos como a simplificação quer no acesso dos jovens a esta actividade quer nas reformas antecipadas. Estas últimas continuam a ser um autêntico calvário para quem pretende candidatar-se, de tal modo que muitos Agricultores desistem quando são informados do manancial de complexidade que este tipo de candidatura exige.

Entendi que as medidas de sanidade animal para os próximos quatro anos resumem-se ao combate à Brucelose, ficando de fora campanhas sanitárias contra outras zoonoses e outras patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina.

Exmo. Sras. Deputadas e Sros. Deputados

Este programa para a Agricultura deveria incorporar um conjunto de medidas inovadoras e sustentadas, perfeitamente articuladas de modo a estabelecerem um conceito novo de Agricultura o de “Agricultura Mais”. Um conceito impulsionador no fortalecimento da nossa identidade territorial e principalmente capaz de aumentar os rendimentos das famílias que trabalham na Agricultura.

Em suma, julgamos, e de forma global que o somatório de medidas apresentadas neste programa do Governo para a Agricultura está muito aflorado, desabitado de um rumo estratégico e pobre em inovação.

Sendo assim, não nos satisfaz como revelador de uma previsível melhoria de rendimento dos Agricultores, pois não sustenta as mudanças e comportamentos mundiais a que vamos assistir nos próximos anos para a Agricultura.

Disse

António Ventura